

DEFICIÊNCIA VISUAL: olhares e possibilidades

Felipe Leão Mianes¹

Resumo: O artigo analisa concepções clínicas e culturais de representação das pessoas com deficiência visual. Foi baseado em análise bibliográfica de obras autobiográficas de pessoas cegas, como Hingson (2010) e Bavcar (2003), bem como de análises teóricas de autores como Vygotsky (1991), Martins (2013). Analiso possibilidades de pensar sobre a deficiência visual através de parâmetros culturais, para além da limitação corporal. Nos resultados, notei que as concepções clínicas tendem a limitar esse grupo, já as concepções culturais podem ampliar as percepções sobre essas pessoas como *formas diferentes de ver o mundo*, indo muito além da deficiência. Outro resultado é o processo de representação da deficiência visual por aqueles que vivenciam essa condição, através da publicação de materiais autobiográficos que possibilitam formas diversificadas de perceber os pontos de vista desses sujeitos.

Palavras-chave: Educação dos Cegos; Deficiência sensorial; Educação Inclusiva.

DISCAPACIDAD VISUAL: miradas y posibilidades

Resumen: Analiza concepciones clínicas y culturales de representación de personas con discapacidad visual. Se basó en análisis bibliográficas de obras autobiográficas de personas ciegas, como Hingson (2010), Bavcar (2003), análisis teóricos como Vygotsky (1991), Martins (2013) entre otros, Analizo posibilidades de pensar sobre la discapacidad visual través de parámetros culturales, para allá de la limitación corporal. En los resultados, note que las concepciones clínicas tienden a limitar ese grupo, ya las concepciones culturales pueden ampliar las percepciones sobre esas personas como *formas diferentes de ver el mundo*, yendo mucho más allá de la discapacidad. Otro resultado es el proceso de representación de la discapacidad por los que viven en esa condición, través de la publicación de materiales autobiográficos que possibilitan formas diversificadas de perceber los puntos de vista de esss sujetos.

Palabras-llaves: Educación de los ciegos; Discapacidad sensorial; Educación inclusiva

VISUAL IMPAIRMENT: looks and possibilities

Abstract: The article analyzes clinical and cultural concepts of representation of people with visual impairments. It was based on a bibliographic analysis of autobiographical works by blind people, like Hingson (2010) and Bavcar (2003), Martins (2013). as well as theoretical analyzes by authors like Vygotsky (1991). I analyze possibilities of thinking about visual impairment through cultural parameters, in addition to body limitation. In the results, I noticed that clinical conceptions tend to limit this group, whereas cultural conceptions can expand perceptions about these people as different ways of seeing the world, going far beyond disability. Another result is the process of representing visual impairment by those who experience this condition, through the publication of autobiographical materials and which enable diverse ways of perceiving the points of view of these subjects.

Key words: Blind Education; Sensory Impairment; Inclusive Education

¹ Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Tem experiência na área de Teorias da História e História Cultural. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Linha de Pesquisa Estudos Culturais em Educação. Doutor em Educação pela UFRGS, orientado pela Profa Dra Lodenir Becker Karnopp. Doutorado Sandúfiche na Universitat Autònoma de Barcelona. Pós-Doutorado em Educação pela ULBRA. Realiza pesquisas com ênfase nos campos de Estudos Culturais, Didática, Acessibilidade, narrativas de pessoas cegas ou com baixa visão, Audiodescrição e Estudos sobre Deficiência.

Introdução

Este artigo é um recorte de minha tese de doutorado relacionado à deficiência visual a partir do ponto de vista dos Estudos Culturais em Educação. Não pretendo realizar uma análise definitiva, muito menos propor soluções ou delimitar algo como certo ou errado nessa temática. Objetivo apresentar possibilidades de refletir sobre a deficiência visual sob o ponto de vista culturalista, algo ainda incipiente nas pesquisas sobre pessoas cegas ou com baixa visão.

A questão norteadora desse artigo é: quais representações para além das clínicas podem caracterizar as pessoas com deficiência visual? Como ‘ver o mundo de outros modos’ pode atuar nesses processos?

Breve histórico

Os primeiros relatos referentes à deficiência visual falavam apenas na cegueira, sem qualquer referência à baixa visão, talvez, porque fosse enquadrada como uma ‘pequena’ anormalidade. Existe, na grande maioria das civilizações, menção a sujeitos cegos e ao modo de tratá-los. Muitos eram eliminados sumariamente, seja por representarem um ‘fardo’, seja por personificarem o pecado e a punição divina, sendo necessário seu sacrifício (SOUZA, 2004, p 48).

Em outros casos, cegos tinham funções transcendentais, e se acreditava que eram oráculos que, não enxergando este, poderiam ver outros mundos, portanto poderiam guiar determinadas ações e exercer papéis de adivinhos e profetas que reforçavam o caráter místico sobre os sujeitos cegos.

Como exemplo da importância que as pessoas cegas tinham, nas sociedades gregas, pode-se citar o célebre Homero, que tinha essa condição, bem como uma das mais conhecidas obras gregas, *Édipo-Rei*, de Sófocles, em que o profeta/adivinho Tirésias era cego também, e, por essa razão, tinha a faculdade de ver além daquilo que se podia enxergar. O próprio Édipo, quando descobre que matou o pai e se casou com a mãe, acaba por cegar-se, e esse ato é interpretado de maneiras diferentes, desde a percepção da cegueira como castigo até a cegueira como forma de poder ver o que, enxergando, não conseguia.

Com o alvorecer da Idade Média, prevaleceu a influência da Igreja Católica na cultura europeia. A deficiência era sinal do pecado do indivíduo ou de sua família e, por isso, seriam merecedores da mendicância, da miséria e do isolamento.

No século XVIII, com o advento do Iluminismo e com o predomínio das ideias científicas sobre as religiosas, a cegueira passou a ser estudada como doença, como “algo deste mundo”, que poderia ser tratada ou minimizada. Nesse sentido:

No lugar da mística ficou a ciência, no lugar do prejuízo, a experiência e o estudo. A enorme importância dessa época para o problema que estamos examinando reside na nova concepção que a psicologia criou (como sua consequência direta) a educação e a instrução dos cegos, incorporando-os à vida social e dando-lhes acesso à cultura. (VYGOTSKY; 1991, p. 101)

O que continuou mais ou menos semelhante foi o sentimento de piedade, misericórdia e compaixão para com os cegos. Sendo assim, proliferaram as instituições religiosas de caridade para os indivíduos com deficiência visual. Surgiram, assim, escolas especiais, institutos e outras instituições para atendê-los.

Parâmetros clínico-médicos

As doenças oftalmológicas e as causas da cegueira passaram a ser estudadas dentro dos procedimentos clínicos, investigadas e tratadas dentro dos hospitais e dos consultórios médicos.

A deficiência visual passou a ser conceituada pela medicina e para finalidades de políticas públicas da seguinte maneira:

Cegueira: na qual a acuidade visual é menor ou igual a 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho e com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2015, p. 6)

Tal conceito não define uma tipificação visual única, pois, de acordo com as circunstâncias em que se encontram os indivíduos, a forma como cada um enxerga pode

variar bastante. Para fins de políticas públicas, esse conceito é o que baliza os critérios e as ações pelas quais é possível estabelecer planos de trabalho e de recursos a serem disponibilizados (FREIRE, 2005, p. 4).

Os modos mais recorrentes de definir parâmetros da deficiência visual, sob o ponto de vista da medicina, são os diagnósticos e os laudos deles advindos. As principais causas da deficiência visual podem ser os fatores hereditários e congênitos, além dos fatores ambientais e socioeconômicos dos indivíduos.

Poderia escrever longamente sobre as partes que compõem o olho, bem como detalhar cada uma das doenças existentes e suas consequências, ou, então, discorrer sobre os mais recentes e “revolucionários” tratamentos que prometem resolver os problemas daquele que não enxergam normalmente. Mas prefiro deixar tudo isso para as publicações científicas especializadas em oftalmologia.

Na área da educação, é bastante comum que o aluno com deficiência seja incluído nas escolas comuns ou em turmas especiais com base nos laudos médicos que caracterizam a doença que o acomete. Ou seja, as ações empreendidas para sua aprendizagem têm, predominantemente, como balizador, o laudo médico sobre sua deficiência e suas limitações.

Isso significa dizer que esses laudos interferem, diretamente, nos trabalhos a serem desenvolvidos em sala de aula. Por si só, isso não é problema, todavia o que questiono é quando esses laudos passam a ser um “passaporte da incapacidade” desses alunos, no sentido de se tornarem o dado mais importante para desenvolver o trabalho a lhes ser direcionado.

Na prática da educação inclusiva, percebo, como sujeito/educador com deficiência visual, que os recursos de acessibilidade e a instrumentalização do ensino para pessoas cegas ou com baixa visão ainda carecem de desenvolvimento, não apenas pela escassez de material, mas também porque os professores não têm formação adequada para lidar com esses alunos.

O objetivo deste artigo é analisar formas diferentes de pensar a questão, tendo, como enfoque principal, as concepções culturais e, desde já, é preciso dizer, não se contrapõem às anteriormente citadas, mas podem, com elas, atuar em conjunto para qualificar o debate.

Concepções culturais e processos de representação da deficiência visual

Como disse anteriormente, a deficiência foi e é vista pelo viés do déficit e da incapacidade, e, durante bastante tempo, essa foi a única perspectiva acerca dessa questão. Nos anos 1960, com a luta pelos direitos civis e com o florescimento das minorias, começou-se a questionar essas certezas, por conta, também, do entendimento que afirma o caráter discursivo e cultural das relações que constituem nossas identidades e diferenças e que marcam as distinções entre determinados grupos sociais (HALL, 1997).

Contudo, no que diz respeito à deficiência visual, é interessante a afirmação de Martins (2005, p. 6):

Na verdade, nas muitas histórias de vida que tomei contato, os sofrimentos mais diretamente associados à dimensão física da cegueira estão ausentes. Assim é, numa primeira instância, porque na vida de pessoas que nasceram cegas não existe uma experiência de perda, não há um mundo empobrecido daquilo que nele se pode apreender, não há um constrangimento com relação aos modos de realizar, nem tão pouco um confronto com as coisas que se tornaram impossíveis de se fazer. Não há, portanto, a experiência de uma ruptura fenomenológica, nem a submissão a uma imperativa metamorfose no *modus vivendi*. É óbvio que as pessoas que já nasceram cegas tem uma noção do lapso que as separa de quem vê, um lapso que é atualizado cotidianamente na comparação com os outros, e na percepção das facilidades que a visão permite na apreensão de elementos da realidade e na execução de algumas tarefas.

Há, sem dúvida, uma limitação física, mas os conceitos do que é normal e anormal envolvem muito mais que isso, adentrando o campo discursivo. Existe uma hegemonia discursiva daqueles que detêm o poder de determinar os padrões sociais e aquilo que tomamos como “referência de normalidade”.

As representações são construídas individual e coletivamente, pois, se por um lado, são significações coletivas compartilhadas, por outro lado, cada um as subjetiva de forma diferente, por isso não são fixas ou homogêneas como eram há alguns séculos.

Representação é um negócio complexo, especialmente quando se trata da “diferença”, implica sentimentos, atitudes e emoções e mobiliza

medos e ansiedades. (...) Mas não existe um único significado verdadeiro, os significados “flutuam”. Não podem ser definitivamente estabelecidos. Todavia, estabelecê-los é tarefa da prática representacional, que intervêm nos vários significados em especial de uma imagem na tentativa de privilegiar alguma. Assim, em vez de um significado “certo” ou “errado” o que precisamos perguntar é qual significado pretendemos privilegiar? Qual o significado preferido? (...) As pessoas que são de alguma forma significativamente diferentes da maioria – “eles” em vez de “nós” – são frequentemente expostos a uma forma binária de representação. (...) bom/ruim civilizado/primitivo [sadio/deficiente] Frequentemente exige-se que sejam as duas coisas ao mesmo tempo (HALL, 1997a; p 224) [grifo meu].

Logo, as representações referentes aos “significativamente diferentes” (AMARAL, 1995) são como pinturas surrealistas em que as cores são mais fortes e as situações retratadas geram angústia pelo estranhamento que provocam. Muitos imaginam que ser cego é viver na escuridão e que isso gera desalento, melancolia e tristeza.

Diz-se que, por tudo isso, os cegos têm uma capacidade maior de abstração, de criação e de sensibilidade que a vida no escuro lhes proporciona. Por exemplo, no filme *Ray*, sobre a vida do cantor Ray Charles, cego desde a infância, na maioria das cenas em que ele aparece compondo suas músicas, está sempre presente a ideia de que o faz devido à escuridão intimista em que vive.

Outro aspecto importante desse filme é o papel da mãe de Ray em seu processo de autonomia. Em uma das cenas interessantes da obra, ela manda que o filho cuide da casa sozinho, sem sua ajuda, e ele acaba se queimando ao tocar em uma chaleira que estava no fogão. O ferimento não foi grande, por isso o que chamou a atenção foi o sofrimento da mãe por ver a dificuldade do filho e nada fazer – sabendo que, assim, o ajudava –, e, ao mesmo tempo, sua satisfação em perceber que logo Ray aprendeu a lidar com as dificuldades cotidianas tanto quanto possível.

Também, nas telenovelas brasileiras, os sujeitos com deficiência visual são apresentados como dóceis, amigos de todos, cultos e sensíveis. Todos gostam deles, pois sempre conseguem, de um modo ou outro, resolver seus conflitos facilmente, superando dificuldades e tendo sucesso naquilo a que se dedicam.

Um exemplo é o personagem Jatobá, da novela *América*², da TV Globo, em que,

² A novela foi exibida em 2005, e o personagem Jatobá foi interpretado pelo ator Marcos Frota.

inclusive, em algumas cenas, apareceu dirigindo um automóvel. São representações que, na maioria das vezes, não correspondem ao cotidiano das pessoas cegas – nunca vi nenhum cego dirigindo.

Em 2009, na novela *Caras e Bocas*³, Daniele Haloten foi a primeira pessoa cega a interpretar um papel importante numa telenovela brasileira. Sua personagem, Anita, era uma garota cega que vivia isolada em casa, mas que, aos poucos, passou a reivindicar sua própria autonomia e, paulatinamente, conseguiu êxito nesse intento, e começou a trabalhar, casou, teve filhos e levou uma vida praticamente normal.

Ao contrário de Marcos Frota, que interpretou Jatobá, Daniele, pelo fato de ser realmente cega, ganhou bastante destaque na época em que o folhetim foi ao ar. Muitas pessoas cegas se identificaram com sua história e com os diversos depoimentos que a atriz deu durante o período em que a novela foi exibida, ressaltando a necessidade de oportunidades de protagonismo social para as pessoas cegas ou com baixa visão.

A quantidade de atores e atrizes com deficiência visual ou de personagens cegos ou com baixa visão, na teledramaturgia ou no cinema estrangeiro ou nacional, ainda é bem pequena se pensarmos, proporcionalmente, a outros grupos minoritários. No entanto, ainda não existem estudos que analisem mais profundamente os personagens com deficiência visual no cinema e na TV.

Há três instâncias das quais, dificilmente, a pessoa com deficiência escapa, que são o papel de vilão, o de vítima e/ou o de herói (AMARAL, 1998, p 18). A vilania do sujeito com deficiência reside no fato de ser considerado culpado por sua anormalidade, por ter sido castigado pelos pecados cometidos, por ser relapso com sua saúde ou por ser a personificação do defeito. Tem sido cada vez menos comum vermos essas situações expostas diretamente devido às novas políticas de inclusão e do politicamente correto.

A segunda instância é aquela em que a pessoa com deficiência é considerada vítima pela ‘desgraça’ que o acometeu, sendo a pessoa digna de piedade e compadecimento, que traz consigo quase um atestado de incapacidade e de uma existência marcada pelo sofrimento e pela dor. Deve ser digna da comiseração social, estando sempre em uma posição de inferioridade hierárquica na sociedade.

³ A novela foi exibida pela TV Globo em 2009

Por fim, ela pode ser, também, o herói que supera as limitações apesar de todas as dificuldades. É aquele que vence todos os obstáculos, que enfrenta a deficiência e as adversidades dela decorrentes com muita galhardia, resiliência e serenidade.

Nesse caso, o “herói” é uma exaltação àquele que supera as expectativas – que é quase nula -, e que aceita sua condição de deficiência. Essa aceitação traz consigo uma ideia de que “as dificuldades sempre existiram, e é assim mesmo”, logo há um duplo atravessamento, não de respeito, mas de tolerância e de controle social. Seja como for, são formas de perpetuar a condição de inferioridade.

Muito se exaltam as qualidades daqueles que, “apesar de tudo”, têm uma vida “quase” normal, que enfrentam e transpõem os obstáculos. Festeja-se que essa pessoa consiga, ao menos em parte, apagar ou minimizar sua deficiência e se aproximar, tanto quanto possível, da normalidade.

Mas, com o perdão da ironia, não enxergamos ou não queremos enxergar que tal afirmação sempre ressalta alguém que quase é normal, que quase faz tudo, que de “perfeito” não tem nada. Esse “quase” sempre marca, delimita a fronteira entre eles e nós, e, mesmo que sejamos considerados heróis, seremos sempre os “quase” normais. Assim, para Amaral (2004, p. 40):

Era e é ainda às vezes, a sensação de que nada que se faça realmente conta. O que conta é o pressuposto básico na cabeça do outro, de que o deficiente é a sua deficiência, e vive em função dela: se se magoa, se se irrita, se fracassa, é porque é complexado, se se sobressai é porque precisa compensar, muitas vezes me senti assim, encurralada.

É nesse sentido que a educação deve se preparar e ser dotada dos meios necessários para contemplar as especificidades de cada uma dessas pessoas, seja com livros em Braille ou alto-relevo, seja com materiais ampliados ou audiolivros e profissionais preparados para lidar com as mais diferentes situações, que encontrem alternativas, tais como, as ações atitudinais e de acolhimento das diferenças dos alunos cegos e com baixa visão.

Exemplificando com minha própria experiência, nas aulas de Educação Física, eu jogava futebol e nem via a cor da bola – literalmente. E, em momento algum, os

professores prestavam atenção em mim, mesmo sabendo que eu tinha baixa visão. Preferiam deixar as coisas como estavam, me tornando “igual aos outros”, desse modo, me prejudicando.

Outra história interessante aconteceu quando estava no Ensino Fundamental e uma professora decidiu fazer a brincadeira da “forca” na lousa. Eu, como não enxergava àquela distância, comentei que não conseguia participar da atividade, e a professora me disse que não poderia mudar a aula dela “só por minha causa”, e que eu deveria entender isso e me adaptar ao que estava acontecendo.

Esse fato ocorreu, no início dos anos 1990, mas como educador vivenciei e soube, por relatos de situações mais ou menos semelhantes a essa, que ocorreram nos dias atuais, já no período em que a inclusão está em destaque. Ou seja, as legislações podem mudar, mas enquanto os estereótipos e representações não se modificarem, os problemas de relacionamento e de respeito à diferença irão permanecer quase inalterados. Será que uma política pública ou recurso financeiro seriam capazes de mudar essa atitude de apagar minha diferença?

Esta é apenas uma breve - e significativa - experiência vivenciada por mim e por muitas outras pessoas cegas e com baixa visão que precisam ser estudadas e debatidas. Em situações como as relatadas, talvez fosse melhor conversar com o aluno e saber dele aquilo que consegue ou não fazer, tendo em conta suas possibilidades, ao invés de apagar sua singularidade.

Tendo em vista a necessidade de estudos que enfocassem a deficiência visual a partir da perspectiva do sujeito que vive nessa condição, fiz a opção metodológica de procurar pesquisas que não tratassem apenas de questões de políticas públicas, de recursos de acessibilidade ou de instrumentalização dos professores. Notei que são poucos os materiais disponíveis quando objetivamos analisar a deficiência visual com outras lentes que não a da perspectiva clínica.

A quantidade de pesquisas ainda é pequena, mas foi possível encontrar algumas referências importantes, como Caiado (2013), Bruno (2013), Muller e Mianes (2016). Fica evidente a necessidade de ir além do entendimento da deficiência como doença ou incapacidade, e caminhar para pensá-la como outra possibilidade de ser e estar no mundo.

Muitas dessas, representações sobre a deficiência visual têm ainda um legado

histórico dos paradigmas clínicos, que marginalizam ou calam as vozes dos que vivem nessa condição (MARTINS, 2005, p. 10). Por isso, dar voz às pessoas com deficiência visual sobre seus processos educacionais tem se mostrado bastante rico, por apresentar mais experiências e vivências a partir do sujeito das pesquisas.

Conforme Mianes (2015), as narrativas de pessoas com deficiência visual apresentam aspectos muito semelhantes, apesar das diferenças de tempo e espaços de cada personagem. Trazem a marca da deficiência da mesma maneira que buscam um lugar diferente do ocupado até aqui, da deficiência como “problema” e não uma forma diferente de sentir as coisas do mundo.

E esses relatos de experiências e histórias de vida são uma espécie de resistência aos estereótipos e estigmas desde a tanto lançados sobre esse grupo. Nesse sentido, para Martins (2013, p. 63):

A resistência identificada nas histórias de vida das pessoas cegas é, também, a expressão de uma contra-hegemonia biograficamente urdida (ou, se quisermos, expressão de uma jornada biográfica cujos termos são negociados em relação a uma hegemonia). Essa narrativa oposicional diferencia-se em seus termos em função dos diferentes paradigmas a que se opõem, ou seja, em função dos regimes hegemônicos de sentido que, em determinado lugar, ancoram as representações culturais da cegueira e da baixa visão.

Muitas vezes, essa resistência não se configura como uma luta oposicional, ou como um movimento organizado e uniforme contrário à normalização. Pode ser individual, nos pequenos atos e nas “revoluções diárias”, como dizia Foucault, e se dá, também, pela aceitação de ser como se é.

Para ilustrar essas e outras questões, passo a trazer alguns excertos de livros escritos por pessoas cegas que trazem seus depoimentos e algumas histórias de vida. Dentre várias possibilidades, optei por um pequeno extrato – até pela extensão do artigo – dessas obras, de autoria de Bavcar (2003), Borges (2000) e Hingson (2012).

Segui o caminho de usar tais excertos, como disse, por serem advindos de pessoas que vivem essa condição e não por crer que sejam os únicos ou melhores posicionamentos, mas por acreditar que, muitas vezes, ficam silenciados e que precisam ser trazidos para o debate no campo da educação.

Não capitular ao desejo do outro que sejamos como ele é, também, uma espécie de escudo e estandarte ao mesmo tempo. Um escudo, por ser uma maneira de defender o modo como somos e agimos, e um estandarte por revelar e desfraldar a deficiência como um *modus vivendi* para além do “aceitável”. Isso é possível notar no excerto abaixo:

Havia em nossos olhares a esperança de um mundo melhor em que também os cegos poderão viver seus sonhos com janelas da mesma dimensão que as dos que enxergam. Assim, deixaremos de nos esconder atrás das estreitas frestas onde de vez em quando aparecem nossos frágeis olhares [...] o que seria um acontecimento do novo milênio: aceitação de todos os que olham de outro modo. (BAVCAR, 2003, p 104)

Evgen Bavcar é esloveno, conhecido por ser fotógrafo, filósofo e ensaísta. Em sua autobiografia, conta como ficou cego aos 11 anos, que escolheu a fotografia como profissão e de que modo viveu fazendo de sua deficiência um manancial de possibilidades e não de limitações. De tantos excertos que poderiam ser escolhidos, esse foi especialmente interessante, sobretudo, pela frase em que menciona “aqueles que enxergam de outro modo”.

Mais uma questão importante, é que, ao citar “nós”, Bavcar se referia a outros colegas cegos quando de seu processo de escolarização e das demais pessoas cegas com as quais realiza atividades de palestras, cursos e oficinas de fotografia pelo mundo. A aglutinação do grupo das pessoas cegas e com baixa visão é fundamental para que essas percepções de se “ver de outras formas” sejam legitimadas e disseminadas, bem como fortalece as identidades e as marcas das diferenças desse grupo.

A cegueira não é algo nem pior nem melhor em si mesma, pois possibilita outras formas de pensar, de sentir e de se relacionar com o mundo para além daquilo que se pode enxergar. Faz a diferenciação importante entre a atribuição física de enxergar e o ato subjetivo de “ver”, que não, necessariamente, estão ligados entre si.

Muitos cegos não encaram sua condição como um atestado de incapacidade, mas percebem e reivindicam a necessidade de que lhes sejam fornecidas as adaptações adequadas para sua existência. Ou seja, o problema não estaria na deficiência, mas na ineficiência da sociedade em prover aquilo de que precisam para desenvolver seu potencial, conforme podemos ver no excerto a seguir:

Tive toda uma vida para desenvolver as habilidades necessárias para andar em um mundo que não foi criado para mim. E, se há uma coisa que eu realmente apreendi é: a visão não é a última bolacha do pacote. Ser cego não é um obstáculo; é algo com que eu sempre vivi. O verdadeiro obstáculo surge do preconceito que as pessoas têm com relação a isso. (HINGSON, 2012, p. 108)

Michael Hingson escreveu sua autobiografia após ficar mundialmente conhecido por ter descido 87 andares com seu cão-guia quando dos atentados ao *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001. Em seu livro, relata, além dessa experiência, outras tantas relacionadas à sua escolarização, inclusão no mercado de trabalho e sua vida cotidiana.

No excerto, ficam evidentes as dificuldades que teve diante dos obstáculos atitudinais e físicos impostos por uma sociedade que não estava preparada para lidar com pessoas cegas. Ou seja, a visão não ser a “última bolacha do pacote” significa que lhe é atribuído um valor acima daquilo que de fato tem.

Muitas vezes, as famílias, professores e gestores conferem ao “não enxergar” uma importância maior do que aquela que realmente pode ter para o aluno com deficiência visual. Isso porque, contempladas as adaptações necessárias, podem fazer parte do grupo em salas de aula comuns, sem prejuízo a nenhuma das partes, e a deficiência passa a ser um fator secundário tanto no processo de aprendizagem como na convivência com os demais colegas.

Pensar na cegueira e na baixa visão como um defeito ou como uma doença que incapacita é, de fato, uma limitação, mas da percepção daquele que entende assim. Sabemos que é preciso refletir sobre a necessidade de ir além dos parâmetros médicos sobre alunos com deficiência visual. Assim, como afirma Borges (2000, p. 145):

Temos uma imagem muito imprecisa, uma imagem às vezes muito desgarrada do que perdemos, mas ignoramos o que podemos substituir ou suceder. Tomei uma decisão, disse a mim mesmo: já que perdi o querido mundo das aparências, devo criar outra coisa, devo criar o futuro, o que sucede o mundo visível, que, de fato, perdi.

Jorge Luis Borges, renomado escritor argentino e com deficiência visual desde a adolescência, relata, em sua obra, como lidou com a perda da visão ao longo dos anos e tudo aquilo que ela lhe trouxe de bom. Apresenta a ideia de que há, de fato, uma perda, e de que é preciso lidar com ela. Cada sujeito, dentro de seus contextos e de suas possibilidades, pode “recriar outro mundo”, sem o sentido da visão.

Não quer dizer que essa nova realidade seja pior ou melhor em si mesma, ou que isso não dependa de circunstâncias adjacentes às subjetividades do indivíduo. Esse “criar o futuro” é ir para além das expectativas ou daquilo que se pode enxergar.

Pode ser venturosa a possibilidade de pensarmos na deficiência visual para adiante da limitação ocular, de valorizar os conhecimentos e as percepções que advêm dos demais sentidos. Assim como importante será entender que nem todos os sujeitos cegos ou com baixa visão lidam com o mundo da mesma maneira, que, certamente, coadunam de certas peculiaridades, mas são diferentes entre si:

O que as aproxima é uma condição corporal comum, o fato de não enxergarem, que implica em significações, formas de perceber, pedagogias, técnicas, estratégias particulares para se viver em um mundo que majoritariamente enxerga. (WEID, 2014, p. 4)

Viver em um mundo onde a maioria das pessoas enxerga não é de fato tarefa fácil, mais ainda se pensarmos nas representações e nos estereótipos que a maioria delas faz sobre o “não enxergar”, como pudemos perceber até aqui. Há um enquadramento na “caixinha” do déficit, da incapacidade, da superação e do heroísmo, que seja como for, “embaçam a visão” e a percepção sobre esse grupo, e dele sobre si.

Há mais do que “não enxergar” nas peculiaridades e nas marcas de identificação entre as pessoas cegas e com baixa visão. E até na contramão do que afirma a autora, Mianes (2015) apresentou diversas dessas marcas materiais e imateriais. Os eventos com audiodescrição, por exemplo, são pontos de encontro das pessoas cegas e com baixa visão, bem como o uso da bengala branca, a comunicação oral facilitada pelas redes sociais que possibilitam o uso de voz, como os grupos de WhatsApp, verdadeiros pontos de encontro entre as pessoas com deficiência visual.

Assim, é possível fazer uma figura – com fundo de verdade – de que, atualmente, as pessoas cegas ou com baixa visão não se encontram apenas nos consultórios médicos,

nas escolas especiais ou em eventos sobre a perda da visão. Agora, também partilham dos espaços culturais, das escolas comuns e de outros lugares onde suas marcas identitárias ficam latentes, como nas associações de cegos, por exemplo.

O acesso das pessoas cegas ou com baixa visão às escolas comuns têm proporcionado novos desafios à sua participação social. Estão ainda muito associadas com a dificuldade ou fracasso, mas têm demonstrado que podem ser bem mais do que isso. Muitos professores ainda têm limitações em atuar com as peculiaridades corporais desses alunos, e refletir sobre outras formas de percebê-los é uma questão importante.

Esse aluno que não enxerga, mas que “vê de outro modo” tem suas potencialidades direcionadas para os demais sentidos, aprende por caminhos diferentes e com efetividade proporcional aos recursos de acessibilidade que lhes são oferecidos. E nesse processo de inserção, aceitação e inclusão, quiçá, que muitos videntes permitam que cegos ou pessoas com baixa visão as guiem por novos caminhos e possibilidades, invertendo a lógica e alcançando o acolhimento.

Considerações finais

Até aqui, apresentei como se constituíram as representações clínicas e médicas da deficiência visual e como elas exercem a hegemonia sobre as formas de pensar sobre as pessoas com essa deficiência. Muitos dos estereótipos e estigmas de incapacidade, da cegueira como pecado, como desgraça ou até heroísmo seguem com bastante ressonância.

São muitas as situações em que as pessoas cegas ou com baixa visão são vistas como “grandes olhos que não enxergam”, como se apenas a deficiência as caracterizasse. Os processos de representação foram fundamentais para construir essas significações, da mesma maneira que o são para desconstruí-las.

Durante minha pesquisa de doutorado – da qual este artigo é um recorte –, pude notar que a participação social e, sobretudo, a inclusão escolar de alunos cegos ou com baixa visão têm sido instrumentos importantes para a construção de outras formas de representação, nesse caso, baseadas em um viés cultural, da deficiência como um “modo de ser e estar no mundo”, não mais, apenas, como doença ou limitação corporal.

Muitos depoimentos, em obras autobiográficas, deixaram evidentes que essas pessoas pensam em suas deficiências como “formas diferentes de ver o mundo”, não mais como completa escuridão ou trevas. Essas mudanças de paradigmas têm a ver com o processo de resistência a certas representações entendidas como não condizentes com a realidade dessas pessoas, expressas nessas histórias de vida.

Também, fica bastante evidente a necessidade de outras pesquisas que se proponham a analisar os depoimentos e os relatos de pessoas com deficiência visual, seja enfocando o modo como veem a si mesmas, seja se debruçando sobre suas percepções sobre os processos de inclusão escolar ou, ainda, sobre como certas marcas de identificação se tornam pontos de resistência de identidade e do direito a ser diferente.

Embora não tenha sido possível relatar mais detidamente a trajetória de Borges, Hingson e Bavcar, cabe mencionar que os três nasceram e viveram em contextos de espaço e tempo bem diferentes, e, ainda assim, partilham de situações cotidianas, ideias e concepções sobre sua condição de deficiência.

É possível concluir que entender a deficiência como “outra forma de ver o mundo” é ir além do panorama atual, mais ainda se enfocarmos a questão da educação. Conhecendo o aluno cego ou com baixa visão, os educadores, mais do que instrumentalizar a aprendizagem através de materiais em braile ou ampliados, poderão reconfigurar suas práticas, inserindo, na sala de aula, elementos que explorem a audição, o olfato e outros sentidos, e, então, terão a oportunidade de perceber quem são e o que desejam aqueles sujeitos “por detrás daqueles óculos”.

Certamente, este ainda é um longo caminho a ser percorrido, e este artigo é muito mais centelha do que certeza. Outras pesquisas ainda devem ser feitas nesse sentido, outros aspectos precisam ser desenvolvidos e detalhados. No entanto, mostrou-se bastante evidente que refletir sobre a deficiência visual mudando as lentes é fundamental. Da mesma maneira, é sempre importante ver de outros modos, ajustar os focos e tatear o mundo.

Referências

- AMARAL, L. A. Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules. 1 ed. São Paulo: Robe. 1995. 192 p.
- AMARAL, L. A. Resgatando o passado: Deficiência como figura e vida como fundo. 1 ed São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 92 p.
- AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 1 ed. São Paulo: Summus, 1998. 284-301 p.
- BRASIL, Presidência da República. Lei Brasileira de inclusão da Pessoa Com Deficiência – Lei 13.146/2015. Brasília, 2015
- BRUNO, M. M. G. A escolarização de pessoas com deficiência visual: algumas reflexões sobre o atendimento educacional especializado e a prática pedagógica. In: MELETTI, S. M. F; KASSAR, M. M. (org). Escolarização de alunos com deficiência: desafios e possibilidades. 2 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013. 302-318 p.
- CAIADO, K. R. M; BELLO, L. C. P. D. Deficiência visual: Histórias de quem foi à escola. In: MELETTI, S. M. F; KASSAR, M. M. C. (org). Escolarização de alunos com deficiência: desafios e possibilidades. 2 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013. 28-43
- FREIRE, I. M. A experiência sobre a cegueira. In: Revista Benjamin Constant. n.31 Rio de Janeiro: MEC; 2005
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n. 2, 389-414 p. 1997.
- HALL, Stuart. The spectacle of the “other”. In: HALL, Stuart. Representation: Cultural Representations and Signifying Practices. 1 ed. London: Sage/Open University, 1997
- MARTINS, B. S. A angústia da transgressão corporal: A deficiência assim pensada. Revista Oficina do CES, Coimbra. Oficina do CES, V.1, n. 237, 97-118 p, Out. 2005
- MARTINS, B. S. Pesquisa acadêmica e deficiência visual: resistências situadas, saberes partilhados. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, out. 2013
- MULLER, J; MIANES, F. L. Narrativas autobiográficas de surdos ou de pessoas com deficiência visual: análise de identidades e de representações. Rev. Bras. Estud. Pedagógicos. [online]. 2016, vol.97, n.246, 292-310 p. 2016
- SOUZA, A. P. Acessibilidade de deficientes visuais aos ambientes digitais/virtuais. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação): UFRGS. Porto Alegre 2004.
- VYGOTSKY, L. A formação social da mente. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Submissão em: 07-08-2018

Aceito em: 24-02-2021